



Suicídio de trabalhadores e Gestão irresponsável: uma ligação direta



Realidade laboral não pode ser ignorada em casos de estresse pós-traumático e suicídio

O modo de gestão ao qual os vigilantes estão sendo submetidos e que inclui humilhação, ofensa, cerceamento da liberdade, péssimas condições de trabalho, entre tantos outros problemas, tem impacto profundo na saúde mental dos trabalhadores. Segundo o doutor em Psicologia Carlos Carrusca, não é possível desconsiderar essa realidade quando se trata dos problemas psicológicos desenvolvidos e que frequentemente têm levado ao suicídio.

As afirmações foram feitas durante a 14ª Conferência Nacional dos Vigilantes realizada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) nos dias 3 e 4 de novembro, e contou também com a participação do Procurador

Geral do Trabalho e membro do Conselho Nacional do Ministério Público do Trabalho Dr. Otávio Brito Lopes.

Carrusca afirmou que é comum atribuir a depressão a problemas enfrentados em casa e ignorar completamente a realidade laboral – maior parte no dia dos trabalhadores. Os problemas enfrentados diariamente pelos vigilantes os levam ao limite e isso não pode ser desconsiderado nas análises do trabalho. “Não é possível, no contexto de trabalho, desvincular o suicídio do controle de gestão das atividades exercidas”, afirmou.

Isso tudo porque tanto o estresse pós-traumático – que é um transtorno crônico e

deve ser tratado – quanto o suicídio acontecem de forma progressiva e são muito comuns na categoria de vigilantes. Segundo Carrusca é preciso avaliar também, no caso de suicídio, o que a pessoa estava vivendo antes de consumir o ato, incluindo contexto da vida em geral e do trabalho.

Psicotécnico não deve ser apenas para reprovar ou aprovar vigilantes

A forma como os testes psicotécnicos vêm sendo utilizados atualmente também gerou críticas. Carrusca afirmou que eles não devem ter a mera função de aprovar ou reprovar vigilantes em exames psicológicos, mas de identificar situações de sofrimento e dar o encaminhamento necessário.

“Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maior parte dos suicídios pode ser prevenida se as pessoas receberem apoio” argumentou. Além disso, para evitar o autoextermínio é fundamental que se cuide das condições de trabalho. “Isso seria capaz de evitar atos extremos por um simples motivo: esses trabalhadores vivem em realidades extremas que lhes negam o direito de viver com dignidade. É preciso mudar essa realidade, e isso inclui também melhoras as condições de trabalho”, afirmou.

Combate à precarização nas condições de trabalho

Para o Procurador Geral do Trabalho e membro do Conselho Nacional do Ministério Público do Trabalho Dr. Otávio Brito Lopes o que gera proteção aos trabalhadores não é apenas a lei, mas também a fiscalização. “E isso é feito pelo Estado, pelo Ministério Público do Trabalho, pelos sindicatos. Infelizmente esse sistema começa a ficar capenga, e como ficará o trabalhador?”, argumentou.

Lopes alertou para a tendência que o Supremo Tribunal Federal (STF) vem tendo de dificultar a vida do trabalhador. “Antigamente, quando o trabalhador sabia que tinha a Súmula 277 a seu favor ele negociava, esperava, voltava a negociar, porque na pior das hipóteses continuaria valendo as regras da convenção anterior. Agora, não”, afirmou.

“O ideal agora é começar a negociação seis meses antes da data-base. Isso porque vencido o prazo de vigência da convenção, a categoria de um dia para o outro não tem mais nada, não tem piso, não tem seguro nem todas aquelas garantias inseridas no acordo coletivo”, explicou. “E isso tudo influencia diretamente nas condições de trabalho, que estão se precarizando e penalizando os trabalhadores cada dia mais”, afirmou.

Sindicatos devem atuar na prevenção do suicídio e cuidado da saúde mental dos vigilantes

Para o presidente da CNTV, José Boaventura, o tema não é secundário e deve receber atenção dos sindicatos. “Fizemos questão de trazer esse tema porque o adoecimento mental tem atingido trabalhadores de todas as idades. É comum ver vigilantes de 30, 28, 33 anos precisando de remédio para dormir”, contou.

Isso é resultado, segundo Boaventura, do estresse, da pressão no trabalho e das fatalidades como assaltos e mortes que são riscos no exercício da profissão. “As entidades precisam estar atentas ao que vem acontecendo na vida dos vigilantes e deve buscar meios para oferecer apoio e evitar que o número de suicídios seja cada vez maior”, orientou.

Fonte: CNTV



Procurador Geral do Trabalho e membro do Conselho Nacional do Ministério Público do Trabalho Dr. Otávio Brito Lopes

Vigilante 24 horas nos bancos já é lei em Porto Alegre



Ponto de encontro será nos hospitais da cidade na manhã do dia 10.

As empresas que prestam serviço para a Secretaria de Saúde do DF teriam até o dia de hoje (8) para efetuarem o pagamento dos salários e não efetuaram. Tanto o Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) quanto o diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e deputado distrital Chico Vigilante tentaram contato com as empresas buscando informações sobre o pagamento.

“Também, desde cedo, conversei com o secretário-adjunto da Fazenda, Wilson José de Paula, que me revelou que o Governo do Distrito Federal “rapou o tacho” de todos os recursos que tinha para realizar o pagamento dos servidores. Inclusive, só vieram a completar a folha dos servidores no dia de hoje. E que, portanto, eles não efetuaram os pagamentos das empresas terceirizadas”, afirmou Chico Vigilante.

No entanto, o adjunto garantiu que uma parte do pagamento das empresas será realizado

na sexta-feira e o restante, na segunda-feira, em uma operação bancária que transfira automaticamente da conta das empresas para a conta dos vigilantes. A modalidade comum de transferência bancária leva 72 horas para o crédito do pagamento na conta dos vigilantes.

O problema é que os vigilantes não têm como esperar. O sindicato esperou o pagamento até o dia de hoje, sem sucesso.

Então, a determinação é parar.

O Sindicato dos Vigilantes, inclusive, já avisou os órgãos competentes como Superintendência de Trabalho, Ministério Público e os tomadores de serviço que retornará a parar as atividades na quinta-feira.

Portanto, na manhã do dia 10 de novembro, vamos parar.

Dirijam-se aos pontos de encontro nos hospitais das cidades.

Fonte: CNTV com Ascom Chico Vigilante

Vigilantes querem bloqueio de repasses à empresa terceirizada em Rio Verde (GO)



Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Rio Verde, Kenio da Silva (camisa preta) e vereadores da cidade.

Com salários atrasados e sem receber férias há mais de um ano, funcionários da Prudência Vigilância temem um calote da empresa terceirizada pela Prefeitura de Rio Verde no final do governo Juraci Martins.

Convidados pela vereadora Lúcia Batista (PRP), eles tiveram uma reunião ontem (7) na Câmara Municipal para discutir soluções para o problema, que se arrasta há vários meses. Além de Lúcia, também participaram os vereadores Lucivaldo Medeiros (PMDB), Idelson Mendes (PMN) e Luciano Perpétuo (PSB).

A empresa, que é de Senador Canedo, tem contrato com a Prefeitura de Rio Verde desde 2014 para cuidar da segurança do patrimônio do município e já faturou mais de R\$ 8 milhões. Os contratos vêm sendo renovados graças a uma fatura de aditivos.

A firma não enviou nenhum representante para a reunião.

Segundo Lúcia Batista – que denuncia irregularidades na empresa desde 2014 – o prefeito Juraci Martins tem sido conivente ao renovar seguidamente os contratos, uma vez que a empresa não forneceu as certidões negativas necessárias.

“Essa empresa está sendo administrada de dentro da Prefeitura. Não tenham dúvidas de que alguém está se beneficiando”, afirmou.

A secretária municipal de Administração, Livia de Mattos, que é de Senador Canedo, e

a controladora-geral do município, Débora Chiogna, foram convocadas no mês passado a prestar esclarecimentos na Câmara Municipal.

Nenhuma das duas compareceu. Elas também não enviaram representantes para a reunião de ontem.

Segundo os vigilantes, a secretária de Administração “manda e desmanda” na empresa, inclusive demitindo funcionários.

Os vigilantes acusam a empresa de perseguir e intimidar os trabalhadores que reclamaram dos pagamentos atrasados. Durante a reunião, vários funcionários disseram que tiveram suas assinaturas falsificadas em comprovantes de férias que jamais teriam sido pagas.

Um inquérito está em andamento desde janeiro no Ministério Público do Trabalho (MPT) para investigar possíveis fraudes da empresa no recolhimento de encargos sociais.

Com medo de calote e diante da inércia do prefeito Juraci Martins, os funcionários cogitam fazer uma manifestação com suas famílias na porta da Prefeitura na tentativa de sensibilizar a administração. A empresa tem 78 funcionários em Rio Verde e muitos deles disseram ontem que, devido aos atrasos, seus familiares têm passado necessidades básicas.

Fonte: Diário Rio Verde

Mulheres sindicalistas se unem para barrar retrocessos do governo ilegítimo

Fórum Nacional das Mulheres Trabalhadoras diz NÃO à reforma da previdência

No meio de tanta ameaça à classe trabalhadora, as mulheres do Fórum Nacional das Mulheres Trabalhadoras (FNMT) das Centrais Sindicais estiveram reunidas em São Paulo, nesta segunda-feira (7) e decidiram organizar mobilizações de mulheres contra a retirada de direitos anunciadas depois do golpe de Estado no Brasil.

“Uma coisa boa que está acontecendo no meio destes retrocessos nos direitos da classe trabalhadora é o levante desta juventude que acontece no país todo”, comentou a Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Junéia Martins Batista se referindo às mais de mil escolas que estão sendo ocupadas contra a Medida Provisória (MP) que reforma o ensino médio tirando matérias como Filosofia e Sociologia e contra a PEC 55, que congela os investimentos sociais para os próximos 20 anos, incluindo Saúde e Educação.

Além desta Proposta de Emenda Constitucional (PEC) vindo do governo Michel Temer, que não foi eleito nas urnas, a reforma trabalhista e da previdência farão um estrago na vida dos trabalhadores, mas especificamente das trabalhadoras.

“É um momento muito difícil para a classe trabalhadora. Nós precisamos nos unir em torno de uma pauta que nos unifica e ir pra luta e resistir”, completou Junéia.

As mulheres trabalhadoras das centrais – CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB) e Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) – são unânimes

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Colaboração Jacqueline Lucena

Diagramação: Anibal Bispo

quando afirmam que são contra a reforma da previdência que está sendo discutida com as Centrais Sindicais que propõe igualar a idade mínima entre homens e mulheres para 65 anos, desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo e acabar com as aposentadorias especiais como de professor, ocupações que envolvem risco laboral, rurais entre outras.

Segundo elas, as mulheres não estão participando desta discussão e isso é um problema. Para as dirigentes a mobilização das trabalhadoras é fundamental, porque são elas que serão as mais atingidas numa reforma da previdência, por exemplo.

Segundo estudo do DIESSE “Reforma da previdência e mulheres”, a evolução da estrutura populacional dos idosos revela que não só as mulheres são maioria na população, como têm havido uma “feminização” na velhice. Além disso, a desigualdade de gênero existente na sociedade pode aumentar com a reforma da previdência sugerida pelo governo Michel Temer.

A equiparação da idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres, sem a necessária superação ou atenuação das desigualdades existentes no mercado de trabalho e na vida privada e familiar, pode aumentar a desigualdade de gênero relacionada à proteção previdenciária.

“Esta reforma e esta PEC do fim do mundo são também violências contra as mulheres e nós – trabalhadoras das centrais – decidimos que iremos nos organizar para barrar qualquer tipo de retrocesso”, finalizou Junéia.

Fonte: CUT Com informações da SNMT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF